
EDUCAÇÃO JURÍDICO-ANIMALISTA COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA DAS RELAÇÕES ENTRE ANIMAIS HUMANOS E NÃO-HUMANOS

LEGAL-ANIMALIST EDUCATION AS A TRANSFORMING PRACTICE
FOR RELATIONS BETWEEN HUMAN AND NON-HUMAN ANIMALS

Evelym Pipas Morgado¹

<http://lattes.cnpq.br/9953199055529720>

<https://orcid.org/0000-0003-4276-1054>

Rafael Van Erven Ludolf²

<http://lattes.cnpq.br/7463992524509265>

<https://orcid.org/0000-0003-0714-5432>

Luiza Alves Chaves³

<http://lattes.cnpq.br/9350265341415578>

<https://orcid.org/0000-0002-6202-7001>

Recebido em: 6 de novembro de 2020

Aprovado em: 30 de dezembro de 2020

RESUMO: É latente que as relações que se estabelecem entre animais humanos e não-humanos se fazem com base em um processo de hierarquização, dominação e subalternização construído principalmente pela ótica colonialista de relação entre humanos e não-humanos que predomina no Brasil. Nesse sentido, o presente texto pretende apresentar propostas para reavaliação dessas relações, tecendo uma análise sobre o impacto do colonialismo em sua construção e dialogando acerca do papel da educação jurídica como instrumento de transformação e ressignificação delas. Assim, buscou-se entender a educação como agente de transformação social, bem como o papel do Direito e do ensino jurídico no estabelecimento e principalmente no reforço de opressões sociais. Para tanto, foi realizado uma análise bibliográfica crítica, utilizando como aportes teóricos a pedagogia de Paulo Freire, a Ética Animal e a Decolonialidade do Direito.

Palavras-chave: Direito Animal. Decolonialidade. Educação. Ensino do Direito.

ABSTRACT: It is latent that the relationships that are established between human and non-human animals are based on a process of hierarchy, domination and subordination built mainly by the colonialist perspective of the relationship between humans and non-humans that predominates in Brazil. In this sense, the present text intends to present proposals for reassessing these relations, analyzing the impact of colonialism in its construction and dialoguing about the role of legal education as an instrument for their transformation and reframing. Thus, we sought to understand education as an agent of social transformation, as well as the role of law and legal education in the establishment and

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito (PPGSD). E-mail: evelympipas1@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF). E-mail: rafaelvanerven@gmail.com

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD-UFF). E-mail: luizachavesjgd@gmail.com

especially in the reinforcement of social oppression. Thereby, a critical bibliographic analysis was carried out on the theme, using Paulo Freire's pedagogy, Animal Ethics and the Decoloniality of Law as theoretical contributions.

Keywords: Animal Rights, Decoloniality, Education, Legal Education

INTRODUÇÃO

Esse trabalho se propõe a repensar o local dos animais não-humanos no Brasil, as construções éticas e bases de formação moral que permeiam as relações entre animais humanos e não-humanos, dialogando primordialmente com o impacto que reciprocamente é gerado entre essas concepções e o papel dos animais não-humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

Para tanto, busca-se construir um diálogo acerca da educação jurídica e o potencial de transformação social que se pode alcançar com uma reformulação das suas bases e a inclusão do estudo (não especista) dos animais não-humanos no cenário do ensino do Direito.

Desse modo, inicialmente falar-se-á da ética universal de Paulo Freire e de sua comunicação com a construção da ética animalista. Após isso, será abordado a marca dos traços da Colonialidade nas relações estabelecidas entre animais humanos e não-humanos, além dos reflexos dessas marcas na própria formação da educação jurídica no Brasil, bem como na alocação dos animais não-humanos na seara do Direito. Após, desenvolve-se a conexão entre a inclusão de estudos acerca de animais não-humanos nas graduações de ensino jurídico e a possível transformação social que se pode realizar com essa inserção.

DA ÉTICA UNIVERSAL DE PAULO FREIRE À ÉTICA ANIMAL

A Pedagogia da libertação e a ética universal

O conceito de Ética Universal trazido por Paulo Freire está intimamente conectado com a sua visão de natureza humana, contrapondo a todo um movimento de degradação da dignidade humana, imposto pelo modelo neoliberal, que determina como condição para a cidadania uma ética de mercado, modelo ideológico que busca a deserção do Estado em vários contextos da esfera social, política e econômica.

Acerca do impacto da formação neoliberal na construção ética do sujeito Gudynas (2019) ressalta que:

Entende-se que as pessoas atuam essencialmente como agentes individuais, comportando-se como “consumidores”, não como cidadãos. Por isso, o âmbito de interação privilegiado é o mercado, no qual se compram e vendem bens e serviços que supostamente lhes garantiria a qualidade de vida. A presença estatal é aceita unicamente para garantir um conjunto de direitos mínimos, como a segurança e a saúde e o funcionamento do mercado. É importante analisar essa perspectiva porque expressa uma predisposição utilitarista extrema - uma barreira também para os temas ambientais (GUDYNAS, 2019).

Buscando ultrapassar os laços trançados por essa estrutura, Freire entende que os seres humanos têm a vocação histórica para construir permanentemente a sua humanização, a sua transformação, e que tal vocação compreende o ser humano concretamente na realidade, absolutamente marcado pelas dimensões culturais, políticas e sociais. Sua pedagogia percebe um

ser que se faz e se refaz no processo de fazer história, virando agente da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo.

Portanto, o ser humano em permanente processo de tornar-se, ao mesmo tempo em que participa do processo de fazer história, fundamenta todo o processo educativo, que, por sua vez, se preocupa com os problemas de nosso tempo e com o desenvolvimento da consciência crítica, a fim de proporcionar ao indivíduo autonomia e capacidade de decisão.

Nessa percepção, o mundo não é algo pronto, determinado, acabado: o mundo é contingente, incerto. E a visão dialética de Freire sobre a natureza humana, que compreende o ser se transformando e se criando na história, a partir das influências do que acontece no próprio mundo, é o que fundamenta uma ética universal do ser humano.

É nesse particular que Freire frisa que somos seres em construção, sempre na busca do “ser mais”, em constante processo de humanização do nosso ser no mundo, e defende a universalidade da Ética Humana:

Quando falo, porém, da ética universal do ser humano estou falando da ética enquanto marca da natureza humana enquanto algo absolutamente indispensável à convivência humana. Ao fazê-lo estou advertido das possíveis críticas que, infelizes ao meu pensamento, me apontarão como ingênuo e idealista. Na verdade, falo da ética universal do ser humano da mesma forma como falo de sua vocação ontológica para o ser mais, como de sua natureza constituindo-se social e historicamente (FREIRE, 1997).

A autenticidade da existência humana está diretamente relacionada ao fato de que, enquanto presença no mundo, o ser humano não só está no mundo de modo passivo e fatalista, mas intervém nele, transforma-o, toma decisões, rompe com o já feito, avalia, constata e também sonha com um mundo diferente. Ao longo da história, nos tornamos capazes de reinventar o mundo e não apenas de reproduzi-lo. O ser humano é um ser da intervenção, por isso mesmo, deve registrar suas marcas de sujeito capaz de história individual e coletiva (ZITKOSKI et al. 2019).

Nessa direção, uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica libertadora de Freire é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar contra a ideologia fatalista, que estimula a inércia e imobilidade dos seres oprimidos e sua acomodação à uma realidade cruel e injusta, criada e mantida estrategicamente pelos dominadores.

Para tanto, é preciso defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra (FREIRE, 2000).

Segundo Zitkoski et al (2019), este movimento na direção do “ser mais” impõe a educação o imperativo de agir tendo em vista a transformação das estruturas opressoras e um constante processo de humanização do nosso ser no mundo. Vivendo a história como possibilidade e capazes de comparar, de escolher, decidir e romper com o que está dado, que os seres humanos eticizam o mundo, podendo, por outro lado, tornar-se transgressores da própria ética.

Portanto, a ética universal do ser humano, ferramenta teórica proposta por Paulo Freire, presente em todos os seus escritos, configura-se como um discurso orgânico e indignado com as situações de injustiça que perpassam a realidade das populações pobres e socialmente desfavorecidas no mundo.

Nesse sentido, a Pedagogia da Libertação conclama os oprimidos a tomarem consciência das situações-limite postas pela realidade excludente e a lutar com esperança e denodo contra

as injustiças, assumindo a busca permanente pela conquista da autonomia e libertação (SANTOS et al, 2014). Destacam os autores:

A condição de humanos dota os indivíduos de capacidade ético-política para intervir no mundo, em busca de refazê-lo, de reinventá-lo a cada instante. Os humanos são, assim, seres do inédito viável, vez que são continuamente inacabados, abertos à possibilidade de renovação e de transformação e, por conseguinte, aptos à luta por mais humanidade. Com isso, o autor afirma sua crença na humanidade e na luta por uma realidade melhor para todos – na qual as pessoas não sejam impedidas de se desenvolver plenamente, aprimorando suas capacidades ou potencialidades; um mundo onde não haja espaço para a exploração, discriminação e violência (SANTOS et al. 2014).

A ética freireana enfrenta a exploração da força de trabalho, defende o oprimido, luta contra a discriminação de raça, de gênero, de classe (e até mesmo de espécie conforme propomos neste trabalho), portanto, recusa violências contra os direitos fundamentais e a dignidade humana, sendo certo que nada disso será conquistado caridosamente, pelo acaso, mas pela práxis de sua busca. É preciso resistência e trabalho, permanentes. E nesse particular, questiona Freire, quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora?

Enfim, caberá aos prejudicados pela lógica capitalista a tarefa de lutar, individual e coletivamente, para modificar a situação ditada pelas regras opressoras do mercado - atualmente ainda mais fortalecidas pela prevalência da ideologia dominante da globalização.

O ensino, profundamente afetado por essa lógica de mercado (chamada por Freire de concepção bancária da educação) é também utilizado como instrumento destas opressões, pois ignorando o mundo do outro apresenta a realidade como algo parado, estático, completamente alheio à experiência existencial dos educandos, com palavras ocas, alienadas e alienantes, reduzido a um depósito de ideias.

Por fim, Freire, preocupado com tais injustiças e com a possibilidade de um discurso homogêneo que paralise homens e mulheres, minando suas possibilidades de luta e de liberdade, faz severa crítica ao mundo globalizado, significado por uma lógica perversa a partir dos princípios do mercado que supervaloriza o lucro em detrimento das pessoas, dos animais e da Natureza.

O discurso da globalização que fala da ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos na verdade por um mundo de gente. O discurso da globalização astutamente oculta ou nela busca penumbrar a reedição intensificada ao máximo, mesmo que modificada, da medonha malvadez com que o capitalismo aparece na história. O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 1997, p.144).

A Ética animal e o veganismo interseccional

Para além dos humanos, o pleito de consideração ética com os animais não humanos e, conseqüentemente, de reconhecimento de direitos, apesar de antigo, vem se tornando cada

dia mais relevante em vários sistemas jurídicos e sociedades. Como afirma Santana (2006, p. 70) *“se antes o movimento de proteção animal visava impedir a crueldade e assegurar um melhor tratamento aos animais domésticos, agora ele elabora uma teoria da justiça que concede um status moral privilegiado para os animais”*.

Nesse contexto, Ética Animal, Direito Animal e Veganismo Interseccional, que, como diz o nome, intersecciona o veganismo e os Direitos Animais com as mais diversas lutas contra a opressão, são bases importantes para demonstrar o avanço do debate acerca da ampliação da comunidade moral para os animais não-humanos, e da necessidade do rompimento com o modelo capitalocêntrico e especista da modernidade, que deram uma dimensão de coisa, de propriedade e de objeto a seres cuja natureza deu a graça da vida, com graves prejuízos à própria espécie humana.

Pode-se até mesmo colocar na conta deste modelo político-econômico a infecção global da COVID19, tendo em vista que não é a primeira vez que uma pandemia é zoonótica, ou seja, iniciada pela transmissão de animal não-humano para humano, especialmente pela prática de criação e consumo de animais. Pandemias e epidemias anteriores também tiveram aí sua origem, como o vírus Ebola, originado do consumo de animais infectados por morcegos, o HIV, decorrente de primatas caçados e/ou domesticados, o CJD (doença da vaca louca), originado da criação e consumo de vacas, o H1N1 (gripe suína) do consumo de porcos, o H5N1 (gripe aviária) da criação e consumo de aves, dentre outros.

A ética vegana não deveria mais ser considerada como discurso meramente idealista, mas sim como exigência de saúde pública global. Para tanto, o veganismo precisa ser feito não como uma estratégia de recolonização, em que a ética vegana se apresenta como um indulto de moralidade, mas sim como a construção de um movimento político que vincule a abolição das opressões, principalmente as ressignificadas a cada dia pelas práticas capitalistas. Desse modo, se faz necessário tratar o fim da exploração animal humana e não-humana de forma integrada.

Vale destacar que, segundo Oliveira (2018), existem ao menos duas formas de compreensão do veganismo, quais sejam: o veganismo enquanto (1) projeto de vida pessoal e/ou (2) projeto de justiça social. O primeiro estaria associado a uma concepção de bem particular ou de um grupo específico (da esfera privada), o segundo seria compreendido como uma concepção compartilhada de bem (da esfera pública). Dando enfoque ao veganismo como projeto político de justiça social, orienta o autor:

[...] o veganismo compreendido como um projeto de justiça social incorpora não somente a expressão dos valores que orientam pessoas ou grupos, mas também a ideia de responsabilidade compartilhada, atribuída ao modelo de vida adotado por cada um de nós e sua repercussão sobre todos e todas. Para isso, buscaria desenvolver mecanismos públicos que possibilitariam o exercício e florescimento dessas vidas. Através dessa perspectiva, podemos perceber que, para que seja possível um veganismo crítico ou interseccional, é necessário assumirmos os valores anti-especistas expressos nessa concepção, mas também defender uma concepção de veganismo mais ampla e complexa, que nos comprometa com o sentido público. Nessa direção, o veganismo enquanto potência crítica, nos permite também a adoção de um olhar cuidadoso para as injustiças que operam de modo a produzir desigualdades de oportunidades e escolhas, assumindo para si um conceito de responsabilidade capaz de considerar as desigualdades e privilégios que marcam as trajetórias dos indivíduos de diferentes formas (OLIVEIRA, 2018).

Em que pese a cultura da carne ser algo central em nosso sistema socioeconômico, símbolo de um processo civilizatório baseado na propriedade e na crença da superioridade humana sobre todas as outras formas de vida, se faz necessário mudanças pessoais e coletivas libertárias aos animais, até mesmo atualmente por questões de sobrevivência.

Destaca Oliveira (2018) a necessidade de projetarmos uma ética-política animalista que integre mudanças radicais nas estruturas sociais que promovam condições materiais e culturais para o exercício da autonomia e liberdade sem a exploração do outro. A adoção por um estilo de vida sem exploração de animais humanos e não-humanos é não somente a melhor, mas a única resposta moral possível. Para alcançar este ideal moral, assumiremos neste percurso a urgência de combater os privilégios distribuídos de forma desigual na sociedade, e que precisam ser considerados sob o ponto de vista da ética animal.

Desse modo, o que se pretende nesta seção a partir dos aportes epistêmicos até então apresentados, é defender a relação da ética universal cunhada por Paulo Freire com a ética animalista, de modo que se permita reelaborar um projeto de justiça comprometido com o fim da opressão humana e não-humana, rompendo com as desigualdades oriundas de opressões estruturantes que afetam especialmente os seres mais vulneráveis.

Tais reflexões que interseccionam vozes sofridas de diferentes corpos humanos e não-humanos são necessárias para que se amplie o olhar acerca do significado de justiça social e de um ensino que seja libertário das opressões.

COLONIALIDADE DO DIREITO

Outra temática que atravessa e talvez anteceda tudo o que foi exposto, dificultando sobremaneira a libertação animal humana e não-humana que se pleiteia neste trabalho, é a Colonialidade.

Para Rocha (2018) *a Modernidade e, por via de consequência, o Direito Moderno, se impôs como fenómeno universal, impondo uma retórica de Produção do Direito a ser seguido, como técnica de dominação e de cunhagem de um projeto civilizatório, ainda não findada com a superação do colonialismo tradicional.*

Para além de um sistema de dominação econômica, o colonialismo também foi um processo de dominação cultural e epistemológico, que suprimiu e desconsiderou todo um complexo de características, formas de organização e regulamentação próprias dos povos colonizados. Esse processo de dominação colonial deixou na América Latina um legado que hoje se verifica por meio da exploração de grupos historicamente invisibilizados na divisão do trabalho capitalista.

A herança advinda da colonização na qual prepondera a visão eurocêntrica na determinação do direito e no seu ensino resulta na exclusão da diversidade étnica e cultural, marcante nos países latino-americanos, ignorando e subalternizando o direito produzido por grupos sociais e povos minorizados que se afastam da visão oficial, resultando em óbices a uma participação democrática e plural.

O universalismo na produção do Direito, operando pela ocultação da Colonialidade, se valeu desta técnica de dominação para o seu fim civilizatório. Nesta lógica, somente ele seria o único apto a produzir conhecimento jurídico válido, impondo um único modelo de Estado, de Constituição, de enunciados jurídicos, de comunidades políticas (ROCHA, 2018).

Dessa maneira, destacam Queiroz e Bruzaca (2018) que as reflexões brasileiras acabam sendo elaboradas por intermédio de um centro epistemológico eurocêntrico que subalterniza

os saberes locais e regionais, em especial, dos territórios latino-americanos que foram objetos de colonização. O ordenamento jurídico reflete esta premissa ao obter como base axiológica e normativa, princípios e regras porvindouros de construções teóricas europeias e hegemônicas, claramente insuficientes no âmbito social pelas suas desigualdades gritantes.

O Direito é uma invenção ocidental, elemento constitutivo e retroalimentador do Mito da Modernidade (DUSSEL, 1993). A cartilha do Direito é (re)criada a partir de um etnocentrismo jurídico e esse localismo é imposto como centralidade universal nas narrativas e discursos dos Estados, sujeitos e instituições ditas civilizadas (SANTOS, ARAÚJO & BAUMGARTEN, 2016). O Direito Moderno ocidentocêntrico acabou por formatar as estruturas da cultura jurídica brasileira e do seu ensino nas instituições públicas e privadas, salvo exceções, resistências, insurgências, cada vez mais organizadas e fundamentais para um ensino do direito para além dos muros da Modernidade. Ou melhor, em diálogo, sem subalternização de saberes.

Exemplo, marcante, encontramos em Rocha (2019), na sua tese de doutorado intitulada *Direito Animal Latinoamericano: Uma Experiência Decolonial*, quando narra que em 11 de agosto de 1827, Dom Pedro I criou dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, com uma normativa que inaugurou o processo de institucionalização da tradição e cultura jurídica no Brasil. O ponto que tensiona a Colonialidade do Direito é que o seu artigo 7º dispõe que os formados deveriam se submeter as doutrinas que estivessem de acordo com o sistema “*jurado pela nação*”, e que seus compêndios após aprovados pela Congregação seriam impressos pelo Governo e fornecido às escolas.

Desta forma, a matriz de poder subjacente instaura um processo de disciplinamento dos docentes e futuros discentes dos cursos jurídicos no Brasil. A doutrina só poderia ser pensada e formulada nos termos (im)postos pelo Império. Não houve espaço institucional disponibilizado pela normativa para a conformação de posicionamentos e lógicas divergentes ou dissidentes.

A liberdade de cátedra em prol de um projeto civilizatório tipicamente moderno. Portanto, a universidade nasce no Brasil monoepistêmica e colonizada, “*nossa elite branca trouxe uma elite acadêmica europeia branca para fundar uma universidade estritamente nos moldes das universidades ocidentais modernas*” (CARVALHO, 2018, p.84).

Não houve abertura para que comunidades negras e indígenas à época pudessem contribuir ativamente nas discussões e construções dos modelos de universidade, conhecimento jurídico e desenvolvimento de Estado (ROCHA, 2019).

Colonialidade da Animalidade Não Humana

Como destacado na seção acima, a Colonialidade, como uma lógica de poder que extravasa a administração político-institucional de espaços geográficos dominados e expropriados como empreendimentos coloniais, projeta uma estrutura de controle que toca diversas dimensões, como a construção de subjetividades (MALDONADO-TORRES, 2007), a estrutura de conhecimento (GROSFOGUEL, 2011; LANDER, 2005), as institucionalidades jurídico-política-econômicas (DAMÁZIO, 2011; GROSFOGUEL, 2008), as sexualidades, corporeidades e gênero (LUGONES, 2014; PEREIRA, 2015; SEGATO, 2012; VERGUEIRO, 2016), mas também **os sujeitos da natureza para além dos sujeitos humanos** (BELCOURT, 2014; ESCOBAR, 2005).

E é justamente nesta última dimensão, não humana, que esta seção se debruça. Isto porque

se é cediço que os saberes e cosmovisões do sul foram historicamente subalternizados, a matriz colonial, além de ocultar saberes humanos, relegou aos animais não-humanos e às entidades naturais um estatuto de não-existência, reificados: uma inferiorização radical (ROCHA, 2018).

Sem dúvidas, é justamente na Modernidade com sua matriz Colonial que a desreificação dos animais não humanos encontra seu maior obstáculo, pois contesta e põe em xeque suas bases antropocentristas eurocentradas que deram uma dimensão de coisa, de propriedade e de objeto a seres cuja natureza deu a graça da vida, além de instrumentalizar os ditos recursos naturais, que alguns povos originários preferem nominar de bondades divinas.

O desafio aumenta, pois, a Modernidade, se caracteriza sobretudo pelo racionalismo técnico-científico, esferas culturais que se fundiram e constituíram a sua forma de viver e se organizar econômica e socialmente, trazendo graves consequências no modo como o ser humano passou a se relacionar com seus semelhantes e as demais entidades do mundo natural, desencantado. É basilar no discurso da Modernidade a separação entre o humano da Natureza e a Cultura da Natureza, fazendo-nos esquecer que somos parte integrantes da natureza.

Este excesso antropocêntrico racional-funcionalista, em proveito do desenvolvimento econômico (denominado por Morin e Kern (1995) de tecnociência), possibilitou as bases para o crescimento da indústria capitalista e se constituiu em um dos principais fundamentos da Modernidade, dando lugar a uma razão calculadora, que transformou o mundo natural e seus elementos em cifras, números, *commodities*. Essa “dominação” do mundo natural alienou o humano da natureza e da sua própria natureza, separando-o de tudo o que não seja humano.

Para Rocha (2018) existe um movimento emergente de reflexão e crítica ao modelo jurídico colonial, principalmente no Brasil, que prezam pela necessidade de construção de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de Modernidade para pensar a Animalidade a partir do Sul, em diálogo. Existe um campo frutífero para este desiderato a partir de uma lógica decolonial do Direito que reconhece modelos disruptivos e alternativos de Constitucionalismos que tomam em conta de forma inovadora as questões afeitas à consideração e proteção jurídicas dos animais não-humanos.

Esse pleito de consideração ética com os animais não humanos e, conseqüentemente, de reconhecimento de direitos, apesar de antigo, vem se tornando cada dia mais relevante em vários sistemas jurídicos, já se encontrando (no seu campo teórico) consolidado em alguns países e noutros em vias de se consolidar. Fatores como pesquisas científicas que categorizaram os animais como seres sencientes, denúncias massivas de maus-tratos expostas por organizações de defesa animal, decolonização, expansão vertiginosa da ética vegana e a Constitucionalização do Direito Animal e dos Direitos da Natureza vêm contribuindo para o debate acerca da ampliação da comunidade moral para os animais não-humanos.

No Brasil, por exemplo, com o advento da Constituição Federal de 1988, o Direito Animal é consagrado como questão constitucional, tendo como marco inicial para sua autonomia científica a regra constitucional da proibição da crueldade insculpida no inciso VII do §1º do art. 225, colocando os animais em posição de titulares/beneficiários do sistema constitucional brasileiro.

Ao proibir práticas cruéis, a Constituição brasileira considerou notadamente os animais não-humanos como seres importantes por si próprios, como fins em si mesmos, ou seja, reconheceu, implicitamente, a dignidade animal. Tal atributo já fora até mesmo reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal brasileiro, no voto da Ministra Rosa Weber no julgamento do

caso da vaquejada⁴.

Deste importante dispositivo Constitucional, autores como Ataíde Junior (2020) têm elaborado propostas de princípios jurídicos do Direito Animal, como, por exemplo, o Princípio da Dignidade Animal, que considera que os animais não-humanos são importantes como indivíduos sencientes, com dignidade própria, visando um estado de coisas a ser promovido que é o redimensionamento do status jurídico dos animais não-humanos, de coisas para sujeitos.

Nessa onda de constitucionalização do meio ambiente, em 2008, a Constituição do Equador previu, de forma inédita, que a natureza é titular de direitos. Pouco depois, a Lei da Mãe Terra, na Bolívia em 2010, previu o mesmo⁵.

O novo constitucionalismo latino-americano, fundado nos princípios da participação pluralista, solidária e ativa, não excludente de pessoas, grupos ou povos, afirmando-se com bases no etnocentrismo, na interculturalidade, no pluralismo político e jurídico, apresentam-se como os Fundamentos do Sul, que constituem a base do paradigma ecológico e que enxerga o homem como parte e não como senhor do mundo. A rejeição a todas as formas de opressão, humana e não-humana, deveria fundamentar a oposição a este modelo tecnocrático de depredação do planeta.

Neste sentido, Rocha (2019) propõe a adição de um quinto eixo de manifestação da Matriz Colonial:

Catherine Walsh apresenta, com base em Aníbal Quijano, os quatro eixos de manifestação da Matriz Colonial, a saber, a Colonialidade do Poder, Colonialidade do Ser, Colonialidade do Conhecimento e Colonialidade da Natureza (2008, p.135-39). Propomos, ainda, um quinto eixo referente à Colonialidade da Animalidade Não Humana ou Colonialidade dos Animais (ROCHA, 2019).

Isto porque, pensemos, apesar das interpretações favoráveis à elevação do status jurídico dos animais, majoritariamente ainda não se reconhece, seja no âmbito legislativo ou jurisprudencial, que os animais sejam sujeitos de direitos, titulares de direitos subjetivos (individuais), já que ainda se encontram na condição de objeto de direito em boa parte da legislação brasileira e julgados.

No Código Civil, por exemplo, o art. 82 enquadra os animais como “bens móveis”, ou seja, suscetíveis de movimento próprio; no art. 85 como “bens móveis fungíveis”, ou seja, que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade; o art. 445, § 2, trata da venda de animais e do início do prazo para reclamar de “vícios ocultos” nesses animais, como se fossem mercadorias, produtos. O art. 963 dispõe que o “credor por animais” possui privilégio creditório especial sobre o “produto do abate”. O art. 1313, II diz que o proprietário ou ocupante do imóvel é obrigado a tolerar que o vizinho entre no prédio, mediante prévio aviso, para apoderar-se de coisas suas, inclusive animais que aí se encontrem casualmente. O art. 1.397 trata do usufruto e dispõe que as crias dos animais pertencem ao usufrutuário, de-

⁴ STF, Pleno, ADI 4983, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, julgado em 06/10/2016, publicado em 27/04/2017. “A Constituição, no seu artigo 225, § 1º, VII, acompanha o nível de esclarecimento alcançado pela humanidade no sentido de superação da limitação antropocêntrica que coloca o homem no centro de tudo e todo o resto como instrumento a seu serviço, em prol do reconhecimento de que os animais possuem uma dignidade própria que deve ser respeitada.”

⁵ Embora proclamem o valor intrínseco de todos os seres vivos, tais Direitos da Natureza não impedem a pecuária ou a pesca, por exemplo. Todavia, neste trabalho, diminuiremos a tensão entre Direito Animal e Direito da Natureza, pensando numa perspectiva holística e não dicotômica.

duzidas quantas bastem para inteirar as cabeças de gado existentes ao começar o usufruto (fungibilidade). Por fim, o art. 1.442, V e os artigos 1.444 a 1.446 incluem os animais como bens passíveis de penhor agrícola e pecuário.

No Código Penal, igualmente, é estabelecido uma série de crimes contra a fauna, em especial, o crime de maus-tratos. Porém, para a maioria da doutrina, o animal não é considerado vítima do crime, já que não é considerado titular de um bem jurídico penal, o titular do bem jurídico tutelado é a sociedade e não a fauna, o animal.

Na Constituição Federal, apesar de ter sido estendido aos animais não-humanos proteção contra a crueldade (art. 225, § 1º, VII), como visto, a Lei Maior, ao mesmo tempo, autoriza outras formas de maus-tratos e suporta emendas constitucionais e leis infraconstitucionais que ampliam hipóteses legalmente admitidas de sofrimento animal, entendidas como “sofrimento necessário”.

Relembrando Francione (2013), existe até mesmo uma esquizofrenia (contradição) constitucional, pois o art. 23, VIII da própria Constituição Federal diz que compete a todos os entes federativos “fomentar a produção agropecuária”, atividade geradora de sofrimentos aos animais e de graves impactos ao meio ambiente.

Portanto, com a proposta de adição do quinto eixo (Colonialidade dos Animais Não Humanos) proposta por Rocha (2019), a decolonização no Direito Animal significa questionar os pórticos da humanidade ocidentalizada e as linhas de diferenciação ontológica referendadas pelo Direito Moderno, enfatizando a necessidade de (re)criação dos espaços e relações sócio jurídicas que ligam a animalidade humana à não-humana, situando-as.

Segundo Edgardo Lander (2001), os processos de decolonização requerem um duplo movimento, a crítica às bases epistemológicas hegemônicas e a proposição de alternativas, prioritariamente desde o espaço de subalternidade. Não se trata de uma mudança interior do mundo que se conhece, mas a proposição de mundos alternativos.

Para Maldonado-Torres (2018), a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. A colonialidade é uma lógica que está embutida na Modernidade, e decolonialidade é uma rota que busca alcançar não uma diferente Modernidade, mas algo além da Modernidade.

Notadamente, logo ali abaixo dessa linha da humanidade inferiorizada, subalternizada e desumanizada pela colonização, resta os não humanos numa categoria de inferiorização radical, não-existente, apesar de fundamentais à vida.

Nesse sentido, consideramos que as perspectivas do Direito Animal com o Novo Constitucionalismo Latino-Americano e a Epistemologia Decolonial, podem conferir aos animais uma possibilidade de resistência, permitindo ao subalterno dizer a sua palavra, numa perspectiva antiespécista e anticapitalista.

De forma mais ampla, a Matriz Colonial dá suporte à construção do próprio Direito, e não só das manifestações constitucionais. As noções de ordenamento, norma e sistema jurídico são manifestações da falácia eurocêntrica (DUSSEL, 1993). Dessa forma, o Sul global e as esferas inferiorizadas do Norte global foram coagidos a talhar os institutos jurídicos de forma a recepcioná-los acriticamente, em total descolagem (desvinculação) com a realidade circundante. Por exemplo, a própria dicotomização jurídica da animalidade (ROCHA, 2018). Comenta o autor:

A Colonialidade do Direito também projeta um espectro de controle e reificação a sujeitos não-

humanos, nomeadamente animais. Assim, se faz necessário evidenciar as narrativas do Direito Animal latino-americano como potências generativas de relações jurídicas decoloniais [...]. Insurgente, portanto, desprender-se da lógica de colonização das mentes e almas que conduziu à construção da subjetividade moderna, silenciando modos de ser locais e reificando os animais (ROCHA, 2019).

Para Lander (2014), a Divisão Internacional da Natureza impôs aos continentes latino-americanos, africano e asiático o papel de fornecedores de matéria-prima básica para o desenvolvimento da Modernidade eurocentrada. Ao falar de matéria-prima básica, inserimos os seres humanos e não-humanos reificados e postos em condição de escravatura e outras formas de exploração do trabalho.

Se o capitalismo histórico é destrutivo da vida, não é somente por um afã de acumulação do capital e uma lógica da ganância, mas também pela própria cosmovisão dualista que concebe o que classifica como “natureza” como formas de vida inferiores, coisificada como “objeto”, que pode ser destruída sem consequência para a vida (ROCHA, 2018). Como consequência, destaca o autor:

os marcos regulatórios de proteção ambiental estão assentados no interesse humano de gerir a natureza como recurso sustentável à própria ótica produtivista humana. A natureza encontra proteção jurídica na medida do interesse econômico-funcional. A colonialidade projeta estruturas de gestão de risco que atenuam a precaução em favor da maximização da exploração do sistema biogeofísico. O dano ambiental passa a ter tratamento juridicamente relevante no pós-desastre, como consequência colateral e inevitável do empreendimento desenvolvimentista (ROCHA, 2018).

Dessa forma, resta evidente que Animalidade, Direito Animal e Colonialidade se imbricam, e necessitam ser pensados como disciplina insurgente à Modernidade, para a devida desreificação dos seres não-humanos e seu redimensionamento nos estatutos jurídicos modernos, de coisas, propriedades, para sujeitos de direito, por exemplo. Tendo no novo constitucionalismo latino-americano uma negação do paradoxo a partir dos fundamentos do Sul.

Por fim, vale destacar que Preciado (2014) é contundente ao afirmar que as principais máquinas da Revolução Industrial não foram as máquinas à vapor, mas o humano escravizado, a trabalhadora do sexo e da reprodução e os animais além do humano, ou seja, as primeiras máquinas da Revolução Industrial foram máquinas vivas:

O Renascimento, o Iluminismo, o milagre da revolução industrial repousam, portanto, sobre a redução de escravos e mulheres à condição de animais e sobre a redução dos três (escravos, mulheres e animais) à condição de máquinas (re)produtivas. Se o animal foi um dia concebido e tratado como máquina, a máquina se torna pouco a pouco um tecnoanimal vivo entre os animais tecnovivos. A máquina e o animal (migrantes, corpos farmacopornográficos, filhos da ovelha Dolly, cérebros eletrodigitais) se constituem como novos sujeitos políticos do animalismo por vir. A máquina e o animal são nossos homônimos quânticos (PRECIADO, 2014).

Para legitimar os usos e exploração dos corpos de outros animais, inicialmente, foi necessário criar uma narrativa clara que impunha uma diferenciação intransponível entre humanidade e animalidade. Essa narrativa passou, primeiramente, pela desanimalização humana, ou seja, sua retirada da condição animal. O humano passou a ser afirmado no mundo próprio da

cultura e da racionalidade, apresentadas como seus atributos exclusivos. Ato contínuo, impôs-se a condição de ausência dos demais seres, uma desqualificação estatutária, em outros termos, afirmou-se uma animalização detrimetosa, algo menos que humano (ROCHA, 2018).

Assim, os sistemas normativos forjados na Modernidade-Colonial propuseram ou reforçaram essa narrativa de seccionamento do humano frente aos demais seres, a despeito da sua importância singular e da própria construção do humano.

Oportuno salientar que a Decolonização do Direito Moderno não exclui a sua relevância. Não compreendemos tal necessidade numa perspectiva dicotômica de mero revide ou anulação aos postulados do Norte. Segundo Araújo (2016), seja na forma do Estado de direito ou na concepção de direitos humanos, não deve propriamente ser excluído, mas deve ser “provincializado” e “desparoquializado” (ARAÚJO, 2016).

Roulant (2008) sustenta um novo pacto que permitiria a existência do homem na natureza, criticando a Modernidade pelo seu positivismo racionalizante, demonstrando a importância que várias sociedades tradicionais atribuem a essa aliança, reconhecendo inclusive que o ser humano não é único em ter direitos.

Dessa forma, oportuno criticar a face colonial da Modernidade, do Direito Moderno e seu ensino, a partir de saberes e cosmovisões do Sul que foram subalternizadas e silenciadas historicamente, resultando no atual colapso ambiental, impondo novos caminhos, não-antropocêntricos e antiespecistas. As experiências jurídicas latino-americanas podem desempenhar um papel Decolonial no que se refere à tutela dos interesses dos animais não-humanos.

Nesse sentido, acreditamos que a proposta de adição do quinto eixo de manifestação da Matriz Colonial, ou seja, à Colonialidade da Animalidade Não Humana ou Colonialidade dos Animais se faz indispensável.

ENSINO EM DIREITO E O DIREITO ANIMAL

Uma vez construída a ponte entre a percepção de colonialidade no Direito e posteriormente do impacto dessa percepção colonial que nos atravessa entre muitos aspectos epistemologicamente, resta demonstrado que a construção acerca das relações entre humanos e não-humanos está mergulhada nessa conjuntura.

Daqui por diante propomos primeiro entender o impacto que a Colonialidade tem na formação jurídica brasileira, nos debruçando sobre o impacto no ensino jurídico. Após essa construção, apresentaremos reflexões e mais do que isso perguntas geradoras para que seja possível repensar como uma reconstrução de propostas educacionais segundo as bases freireanas e a ética do cuidado podem ser o início de uma transformação social desse cenário, principalmente no que tange a uma proposição de uma educação jurídico-animalista.

Faculdades de Direito

Como mencionado na seção anterior, as primeiras Faculdades de Direito foram criadas no Brasil em 1827, por D. Pedro II, portanto, alguns anos após o processo de independência do Brasil de seu colonizador Portugal. A instauração das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda foram feitas, portanto, no processo de construção de uma autonomia entre Brasil e Portugal (NASPOLINI, 2008).

O processo de formação das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda foi complexo,

se iniciou com a movimentação da Igreja, mais precisamente da congregação franciscana, que buscou construir a primeira Faculdade de Direito do Brasil no Rio de Janeiro, seguindo os moldes da Universidade de Coimbra (SILVA E., 2000, n. p.). Desse modo, a construção e formação de ensino jurídico no Brasil sofreu forte influência do Direito Português, que até o século XVIII baseava sua reflexão no Direito Canônico e Romano, o que veio a se modificar só com a Reforma Pombalina de 1772 (NEDER e CERQUEIRA FILHO, 2018, p. 108).

Nesse sentido G. Neder e G Cerqueira Filho trazem que:

Não apenas as sugestões para os Estatutos das Faculdades de Direito de Recife e São Paulo (discutidos entre os anos de 1823/1827), copiaram os Estatutos da Universidade de Coimbra, quanto a formulação do Código Criminal de 1830, que está calcado no projeto de Código Criminal redigido por Paschoal José de Mello Freire, intentado por D. Maria I e que não chegou a ser aprovado em Portugal. Entretanto, há vários indícios de que cópias do projeto subsidiaram o projeto de lei criminal no Brasil recém-emancipado de Portugal (NEDER E CERQUEIRA FILHO, 2018, p. 114).

No primeiro momento da formação do ensino jurídico no Brasil, os cursos receberam influência liberal, devido a estrutura português iniciado com a reforma pombalina, nesse sentido, a análise dos currículos universitários se faz representativa, nos últimos dois anos dos cursos de Direito de ambas as universidades brasileiras (Recife e São Paulo) os estudantes se dedicavam ao estudo de direito civil e comercial e economia política e prática processual (MARTINEZ, 2005, p. 3).

A fase da educação jurídica de matriz liberal durou todo o primeiro centenário do ensino jurídico no Brasil, se caracterizou por uma educação baseada na norma, cujos docentes eram primordialmente juristas que tivessem notório saber dentro de suas profissões, ministrando aulas no modelo de palestras, sem enfoque no caráter pedagógico da formação; as disciplinas ensinadas eram primordialmente de Direito Privado (MARTINEZ, 2005, p. 5-7).

Embora o Estado Novo instaurado em 1930 tenha gerado efeitos diversos na formação educacional, no campo do ensino jurídico, manteve-se uma educação voltada para o mercado, com enfoque no conteúdo mercadológico. Houve, contudo, uma abertura para uma construção de uma arena de disputa entre os educadores tradicionais e progressistas de diversas correntes pedagógicas, como a Escola Nova.

Somou-se a disputa entre a própria formulação pedagógica do curso a reconstrução do conteúdo didático do curso, uma vez que as reformulações legais fizeram com que a base curricular do curso precisasse ser ajustada o incremento do estudo dessas novas fontes de Direito.

Ou seja, ainda que se perceba-se uma recompreensão do ensino, isso só se deu pela própria reestruturação da norma, continuando o ensino jurídico no Brasil voltado ao ensino da norma positivada. Nesse sentido Dantas traz que:

Só se consideraria, pois, em crise, no mundo de hoje, uma Faculdade em que o saber jurídico houvesse assumido a forma de um precipitado insolúvel, resistente a todas as reações. Seria ela um museu de princípios e praxes, mas não seria um centro de estudos. Para uma escola de Direito viva, o mundo de hoje oferece um panorama de cujo esplendor raras gerações de juristas se beneficiam. (DANTAS, 1979, p. 44).

Buscando então uma nova tentativa de formulação de uma educação jurídica que se formulasse além dos dizeres legais, foi realizada uma proposta em 1961 de um currículo mínimo para as Faculdades de Direito, o que supostamente garantia uma gama de conhecimentos básicos reflexivos e a inclusão de disciplinas dada por cada faculdade. Contudo, mais uma vez o caráter mercadológico do curso prevaleceu e o currículo mínimo tornou-se currículo máximo (VENÂNCIO FILHO apud MARTINEZ, 2005, p. 9).

Com a Constituição de 1988 e a inclusão de diversos direitos e garantias na ordem constitucional acreditou-se que a era de cidadania alcançariam as bases de formação jurídicas. Muito embora não se tenha percebido uma transformação significativa nos problemas crônicos da educação jurídica no Brasil, a abertura democrática permitiu uma maior abertura ao diálogo sobre o que se buscava com as Faculdades de Direito, qual seria o papel do advogado.

Isso ensejou uma série de modificações como a criação de avaliações institucionais externas realizadas às instituições de ensino superior (IES), adoção de currículo mínimo, além da inclusão de cargas horárias de formação prática obrigatória, desempenhada pelos Núcleos de Prática Jurídica.

Contudo, embora a reforma tenha trazido melhorias, não se pode dizer que foram suficientes para ensejar uma verdadeira ressignificação do ensino jurídico e mais do que isso, do próprio Direito no Brasil.

Na concepção apresentada por Martinez, a manutenção no arquétipo se faz como norte central da inefetividade das reformas (MARTINEZ, 2005, p. 14), contudo, a nossa proposta é que não é só a hegemonia da perspectiva liberal que precisa ser reformulada e que se faz como grande barreira a construção de um ensino jurídico robusto e autônomo no Brasil, mas sim a perspectiva liberal-colonialista.

A proposta que trazemos se baseia em três construções recíprocas, formular o ensino do Direito sem repensar a epistemologia da formação jurídica no Brasil e reconstruí-la a partir de bases que incluam as mais diversas perspectivas étnico-jurídica dos grupos que fizeram parte do processo de formação do Brasil continuará fazendo com que o Direito se mantenha como um instrumento de controle social e ampliação de subalternizações.

Primeiro porque negar a inclusão de um Direito que permita a inclusão dessas epistemologias faz com que haja automaticamente a exclusão da cidadania dos mais diversos grupos que comungam esse pensamento. Ademais, porque o Direito se faz como um campo de formação de sujeitos que vão atuar diretamente em uma das funções exercidas pelo Poder Estatal, qual seja o Poder Judiciário; sendo assim, negar uma formação plural significa reforçar o desinteresse estatal de se construir diverso.

À respeito, Sales e Barbosa trazem que:

A questão curricular deve estar sempre presente nos debates acerca do ensino jurídico, pois o Direito é o único curso que visa à formação de integrantes de um dos três poderes do Estado, qual seja, o Poder Judiciário, e trata de conteúdos inerentes aos outros dois poderes. Desse modo, urge a preocupação com a qualidade no ensino jurídico, pois o Direito está intimamente relacionado à vida política, legislativa, administrativa, jurisdicional e social do país. (SALES e BARBOSA, p. 5-6)

Por último, partindo o princípio da busca pela compreensão da pedagogia freireana, realizar uma construção de um saber com atuação conjunta e constante entre educandos e educadores é fundamental para a construção de uma sociedade não hierarquizada, sendo assim, propor

uma resignificação no ensino jurídico, com a possibilidade de diálogo de novas epistemologias se faz fundamental para relembrar que o saber jurídico se constrói com a práxis mas se formula e reformula em sala de aula, com embasamentos éticos e morais que emergem naquele espaço.

Isso se faz notório para qualquer área do Direito, mas no que tange a concepção de base jurídica socioambiental, mais precisamente no Brasil, é ainda mais relevante. Principalmente porque a perspectiva apresentada por diversos povos tradicionais latino-americanos da relação entre homem e natureza, da dicotomia humano e não-humano é muito diversa da eurocêntrica e permite uma resignificação de toda gama de relações entre esses entes.

Caovila, Boita e Balnimot apresentam que:

Essa perspectiva emerge da América Latina, pelos movimentos emancipatórios de um constitucionalismo pluralista, que para Fajardo (2016, p. 120): reconhece a existência da realidade de diversidade ou pluralidade cultural, linguística, jurídica das sociedades e a eleva ao princípio constitucional e direito, tanto individual como coletivo e trata-se de uma leitura realizada por meio de uma epistemologia diferente da perspectiva eurocêntrica, ou seja, começa a nascer uma epistemologia do Sul, que reconhece a interculturalidade e o caráter ilusório do Estado.

Esta epistemologia do Sul impõe o reconhecimento de um “giro”, ao constitucionalismo liberal-democrático, vislumbrando em um outro extremo, a sustentabilidade de diferentes tradições jurídicas (CARDUCCI; AMAYA, 2016). Assim, faz-se necessário fortalecer a pluralidade epistêmica, propondo uma visão de mundo socioambientalmente justa, sustentável, intercultural, inclusiva e democrática. Para tanto, o uso de outras metodologias podem refletir os anseios de nossa própria existência e experiências, e nos dar condições de revelar a originalidade e a identidade do ‘ser’ latino-americano. (CAOVILA, BOITA E BALNIMOT, 2018, p. 568-569)

Por esses motivos, propõe-se uma reconstrução do currículo do Direito com objetivo de construir uma matriz educacional não-eurocêntrica que possa dar conta da inclusão dos mais diversos sujeitos humanos e não-humanos, que há séculos vêm sendo minorizados pela estrutura político-jurídica posta.

A educação animalista como instrumento de transformação

Como postulado, reconstruir as bases de formação do Direito, qual seja o ensino jurídico, se faz como instrumento fundamental para uma transformação social que vise a eliminação das opressões. Sendo assim, buscar-se-á, nessa seção, demonstrar como a educação animalista pode significar um avanço no que tange a proteção e a efetiva garantia de dignidade aos animais não-humanos.

A educação em Direito Animal ainda se faz de forma bastante limitada no Brasil, o que se pode comprovar pela ainda recente inclusão de disciplinas acerca de Direito Animal em renomadas universidades brasileiras, à título de exemplo, UNB (2019) e USP (2019). Outro dado que demonstra como a inclusão da disciplina é vista como algo inovador nesses espaços e que, portanto, demonstra que a existência do curso não é uma constante nas universidades brasileiras, é que ambas as universidades mencionadas tiveram notícias jornalísticas veiculadas com a abertura dos cursos.

Nesse sentido, em 2019, a Universidade Nacional de Brasília (UNB) (PIRES, 2019) e a Universidade do Estado de São Paulo (USP) (PACHECO, 2019) anunciaram a realização de

curso de Direito dos Animais vinculados como matérias eletivas a seus estudantes de graduação.

O sistema de formação, ainda que em vias de bacharelado, cada vez mais profissionalizante, com a construção de bacharelados que sairão das cadeiras da faculdade mais com operadores do que pensadores do Direito, em um modelo de formação mercadológico que forma profissionais focados nas oportunidades do mercado, a inclusão de disciplinas como as vinculadas aos estudos dos direitos dos animais se faz ainda mais fadado ao fracasso.

Ou seja, a formação do entendimento acerca dos animais não-humanos na construção capitalocêntrica de sociedade se faz pelo reforço no cenário de formação jurídica brasileira.

Por um lado, aos animais não-humanos é relegado o espaço de objetos no ordenamento jurídico brasileiro (de acordo com a doutrina tradicional) e sua proteção é feita com base na proteção dos sujeitos humanos que eles se vinculam. Contudo, se a percepção objetificada dos animais não-humanos no cenário jurídico por si só já é maléfica, a formação de um sistema de educação jurídico focado em provisões mercadológicas se faz ainda mais complexa, afinal, estudar direito dos animais irá incluir um indivíduo no mercado? A resposta que temos ao menos por hoje é não.

Importante ressaltar que não se busca aqui discutir que o interesse mercadológico de demandas animalistas se faz relevante, pelo contrário, embora essas demandas estejam crescendo, junto com o mercado de “pets” (ou seja, animais domesticados para estimação) e isso seja um dos motivos para o crescimento dos cursos de direitos dos animais, essa percepção não é nem de longe suficiente para dar conta das demandas animalistas. Primeiro porque, a lógica capitalocêntrica rechaça uma construção mais profunda acerca da libertação das opressões e isso inclui as não-humanas. Além disso, esse texto se faz com objetivo de justamente repensar não só a inclusão de não-humanos no debate do ensino jurídico, mas também a própria estrutura colonial e tecnicista do ensino do direito.

Nesse sentido, vale ressaltar as palavras de T. Silva:

O Direito Animal busca no pós-humanismo fundamento para enfrentar a questão da exploração, opressão e dominação da natureza e dos animais não-humanos, trazendo o problema da emancipação para as Faculdades de Direito através de estudos relacionados à liberdade, igualdade e solidariedade. (SILVA, 2014, p. 144)

Ultrapassado então o ponto onde entende-se a não existência de uma formação sólida acerca de direitos não-humanos dentro dos estudos jurídicos no país, ao menos não em larga escala, posto que podemos citar algumas iniciativas pioneiras de fomento ao ensino e a pesquisa em Direito dos Animais como é o caso da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Paraná, passar-se-á a apresentar o porquê a construção desse diálogo é entendida como fundamental no que diz respeito a um caminhar para a libertação não-humana.

Por que uma educação jurídica animalista?

A primeira percepção se constrói a partir dos conceitos apresentados na primeira parte deste texto, quais sejam, as concepções freireanas de educação e construção do indivíduo/sociedade e a percepção da ética do cuidado.

Para Freire, a educação se dava no processo. O processo de fazer social forma o educando

e o educador em um modelo de aprendizagem dialético e recíproco. Nesse sentido, interpretar as interações sociais faz o indivíduo ser capaz de enxergar com mais clareza o que já era visto, reapresentar de uma nova forma aquilo que suponha-se entendido e mais ainda tornar elucidado aquilo que não era até então compreendido, e ser um agente de constante formação e transformação social.

Diante do cenário apresentado acerca das relações humanas e não-humanas e das diversas tramas de opressão que se configuram nesse cenário, a construção de diálogos que possam fazer com que os indivíduos vislumbrem essas conexões, reflitam sobre elas e quiçá se proponham a transformá-las se faz valioso.

Nesse diapasão, ressaltamos as percepções elaboradas por M. Silva: *“Ressalto a importância de se atuar através de um diagnóstico social com o objetivo de mudar as estruturas sociais que não permitem interações interespecie de maneira mais justa. Esse, sim, deveria ser o papel da educação.”* (SILVA, 2020, p. 144)

A proposta que se faz aqui é de uma formação com base em uma construção dos entendimentos dados sobre os animais não-humanos, só que mais do que isso, uma educação que se faça de e com eles. Para tanto, propõe-se a abordagem de entendimentos multiespecie, partindo do princípio de que a construção social não se dá de forma a perceber-se unicamente como espécie humana em uma sociedade humana.

Para que seja possível esse diálogo, duas premissas precisam ser levadas em consideração, a primeira delas é que vivemos em uma sociedade multiespecie. Animais não-humanos fazem parte da nossa construção como indivíduos e como sociedade, ainda que a nossa percepção de humanidade nos contraste com formas diversas de racionalidade, sensibilidade e cognição que não a humana. A segunda é que as relações que se estabelecem com os animais não-humanos nos educam, pois eles são também agentes do processo de formação social e nesse sentido atuam como educadores em diversas oportunidades.

Colocar os animais nesse espaço faz com que a percepção acerca deles como sujeitos se torne evidente e é a partir desse ponto que se busca uma educação jurídica animalista. Nas palavras de M. Silva:

[...] a educação moral é capaz, sim, de mudar as estruturas de diálogo e de comunicação que envolvem as relações entre os animais humanos e os demais seres, de tal modo que os sistemas normativos possam ultrapassar a barreira do preconceito com a espécie e incluir os outros animais sencientes como merecedores de direitos e benefícios que são construídos socialmente. (SILVA, 2020, p. 151).

A educação jurídica pressupõe essa formação de educação moral, mas isso não indica que o processo deve se dar em espaços e momentos diversos, pelo contrário, como se levantou até aqui o diálogo trazido pelo educador Paulo Freire busca justamente uma interlocução entre as formações de saberes para que o educando seja capaz de refletir social e moralmente sobre os conhecimentos que vêm sendo a ele apresentados.

Nesse sentido, M. Silva traz que:

O sistema moral e as regras sociais que adentram o Direito e operam a partir da política precisam advir de uma educação crítica e inclusiva. Nenhum dos sistemas normativos consegue realizar a revolução social de justiça para com os animais se operar sozinho. Com isso, para que haja direitos positivos atribuídos a todos os animais, os sistemas normativos precisam ser guiados

pela educação moral a fim de desenvolverem práticas solidárias para com as diferentes espécies e suas respectivas necessidades. (SILVA, 2020, p. 167)

O processo de formação jurídica se confunde com o processo de formação sociológica, ética e moral, isso porque a construção da lógica jurídica sistêmica se faz através da interlocução de todos esses fatores, por esse motivo, ensinar o Direito, bem como fazer o Direito não se tornam possíveis sem pressupor uma escolha política. A proposta que aqui se apresenta é que essa se escolha se faça, com base a priorizar a desconstrução das opressões das mais diversas vidas, sejam elas humanas ou não-humanas.

Nesse sentido, reforçar a ideia da inclusão da ética do cuidado como caminho também se faz fundamental, porque a construção de uma conexão que se importa, que reflete, que tem afeto, a construção de uma percepção educacional que apresenta e se constrói a partir dos diálogos acerca das vulnerabilidades, dos sujeitos, humanos, não-humanos, educadores e educandos, é indispensável para a formação de uma educação que se proponha a ser crítica, mais do que isso, a ser transformadora e libertadora.

CONCLUSÃO

Buscou-se dialogar acerca das mais diversas concepções das relações sociais desenvolvidas entre humanos e não-humanos. Isso se deu com o objetivo de propor uma reformulação nessas relações através de elementos que possam viabilizar a releitura do papel jurídico-social dos animais não-humanos, mais precisamente tirando-os da categoria de objetos de Direito.

Como principal ferramenta para esse processo, tem-se uma educação que se faz ao mesmo tempo estratégia de reflexão sobre as percepções éticas e morais dessas relações pré-estabelecidas e das opressões que são apresentadas pelo sistema capitalista e pelas heranças colonialistas do Brasil, e o repensar do sistema jurídico para que se possa instrumentalizá-lo a ponto de se tornar um instrumento de luta animalista.

Propõe-se para isso uma reconstrução do ensino jurídico no Brasil, para que seja possível ultrapassar os limites coloniais impostos no direito brasileiro até os dias atuais, através da formação de juristas que tenham uma base curricular pluralista, refletindo com precisão o pluralismo étnico-racial, político e epistemológico que remonta às sociedades brasileiras.

A construção de uma matriz curricular e de uma metodologia de ensino que abarque as diversidades será fundamental para ampliar os diálogos acerca dos processos de formação do/dos Brasil(is), incluindo a sistemático apagamento de corpos, culturas e saberes. Além disso, a formação de juristas com conhecimento plural vai tornar possível a atuação desses indivíduos como agentes de mudanças em seus espaços de atuação profissional, deixando um legado de um Judiciário mais crítico e sensível às opressões seculares.

No que tange mais precisamente aos animais não-humanos, uma abertura ao ensino jurídico decolonial se faz como fundamental para uma nova compreensão acerca das relações estabelecidas entre humanos e não-humanos, principalmente no Brasil, onde a co-existência de diversos povos, etnias e grupos que significam de forma não hierarquizada e segregacionista essas relações se faz tão presente.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **La naturaleza como sujeto de derechos**. Asamblea Nacional Constituyente del Ecuador, 29 de fevereiro de 2008. Reproduzido no Semanario Peripecias, nº 87, 5 mar. 2008.
- ATAIDE JUNIOR, Vicente. Introdução ao Direito Animal Brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 13, n. 03, p. 48-76, set./dez. 2018.
- BRUZACA, R. D., & QUEIROZ, S. V. M. (2018). Sobre a colonialidade no direito e as perspectivas de descolonização no contexto dos países latino-americanos. **Revista Paradigma**, 27(1).
- CAOVILLA, Aparecida Lucca. BOITA, Manoel. BALBINOT, Carmelice Faitão. Educação Jurídica Para O Bem Viver: A Superação De Um Arquétipo Eurocêntrico Para Uma Epistemologia Do Sul. In: **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 4 N. 3 – pag 566-580 (out/2018 – jan/ 2019).
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra; 2010. (Coleção Leitura).
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa**. In GEE-RTZ, Clifford. **O Saber Local - Novos Ensaios em Antropologia interpretativa**. RJ: Editora Vozes, 2004, p. 249-280.
- GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. Eduardo Gudynas; tradução: Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019.
- HERON, J. S.; KRELL, J. A. **Abolicionismo animal**. 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.
- MORIN, Edgar. 1999. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- NASPOLINI, Rodrigo. **As Primeiras Faculdades De Direito**: São Paulo E Recife. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 20 Mai. 2008. Disponível em: investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/historia-do-direito/5-as-primeiras-faculdades-de-direito-sao-paulo-e-recife. Acesso em: 18 Dez. 2020
- Neder, Gizlene; Cerqueira Filho, Gisálio . “Formação Jurídica e História das Faculdades de Direito em Portugal e no Brasil” In **Revista Direito Em Movimento**, v. 16, p. 106-136, 2018.
- OLIVEIRA, Fabio A. G. O lugar do cuidado na construção de um veganismo crítico-interseccional. In. DIAS, Maria Clara; OLIVEIRA, Fabio A. G. (org). **Ética Animal: Um Novo Tempo**. Editora Livros Ilimitados, 2018. Pp. 33-53.
- PACHECO, Denis. **Disciplina busca pensar direitos animais como pensamos direitos humanos**. Disponível em :<https://jornal.usp.br/universidade/disciplina-busca-pensar-direitos-animais-como-pensamos-direitos-humanos/> Acesso em: 24 out. 2020.
- PEREIRA, Reginaldo; PIRES, Patrícia Balancelli. Os direitos dos animais no novo constitu-

- cionalismo latino-americano. In: **Temas atuais sobre o constitucionalismo latino-americano**. [e-book] / Orgs. Antonio Carlos Wolkmer, Maria Aparecida Lucca Caovilla. São Leopoldo: Karywa, 2015.
- PIRES, Carolina. **Direito animal é tema de disciplina na UnB**. Disponível em: <https://noticias.unb.br/67-ensino/3066-direito-animal-e-tema-de-disciplina-na-unb>. Acesso: 24 out. 2020
- POOTS, A. What is Meat Culture. In: POOTS, Annie. **Meat Culture**. Leiden-Boston: Brill, 2016.
- ROCHA, Jailson José Gomes da. **Direito Animal latino-americano: uma experiência decolonial**. 210f. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.
- ROULAND, Nobert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SALES, Tainah Simões. BARBOSA, Gilmaria Maria de Oliveira. **Ensino Jurídico em crise: análise da mercantilização do ensino e dos currículos jurídicos no Brasil**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c32d9bf27a3da7ec#:~:text=As-sim%2C%20a%20partir%20da%20referida,Constitucional%2C%20Civil%20e%20Processual%20Civil%2C>. Acesso em: 10 dez. 2020
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós/modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 17 out 2010.
- SANTOS, Ivone L.; SHIMIZU, Helena E.; GARRAFA, Volnei. **Bioética de intervenção e pedagogia da libertação: aproximações possíveis**. Rev. Bioét., Brasília, v. 22, n. 2, p. 271-281, ago. 2014.
- SILVA, Elza Maria Tavares. Ensino de direito no Brasil: perspectivas históricas gerais. In: **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.) vol.4 no.1 Campinas 2000.
- SILVA, Maria Alice da. **Direitos animais: fundamentos éticos, políticos e jurídicos** (p. 149). Ape'Ku Editora. Edição do Kindle, 2020.
- SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Direito animal e ensino jurídico: formação e autonomia de um saber pós-humanista**. Salvador: Editora Evolução, 2014.
- TAYLOR, Affrica. PACINI-KETCHABAW, Veronica. **Learning with children, ants, and worms in the Anthropocene: towards a common world pedagogy of multispecies vulnerability**. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14681366.2015.1039050>. Acesso em: 19 dez. 2020.
- ZITKOSKI, José J.; TROMBETTA, Sérgio; ALVES, Júlia. E. Os fundamentos éticos da pedagogia libertadora segundo Paulo Freire. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**. v. 8, n. 2 (2019).